

Quem manda nesta fábrica de salsicha?*

Neil Smith**

Resumo

Este trabalho cobre muitas das questões envolvidas no rápido avanço das corporações que tem transformado o ensino superior, provendo o contexto histórico, críticas e algumas sugestões de alternativas políticas. O texto também discute a personalidade própria da corporatização na geografia, o desenvolvimento das tecnologias de SIG e a geografia dos negócios.

Palavras-chave: Educação superior, corporatização da Universidade, corporatização da geografia

Abstract

This paper cover many of the issues involved in the rapid corporatization that has transformed higher education, providing historical context, biting critique, and a hint of political alternatives. The text also discuss the particular personality of the corporatization of geography, the development of GIS technologies and the business geography.

Key words: Higher education, corporatization of University, corporatization of geography

* “Who rules this sausage factory?”, publicado originalmente em *Antipode*. 23:3, 2000, pp. 330-339. Traduzido por Mário L. Lahorgue (lahorgue@cfh.ufsc.br).

** Autor de *Desenvolvimento Desigual*, ed. Bertrand Brasil, 1988 e Diretor do *Center for Place, Culture and Politics* da *City University of New York*. e-mail: nsmith@gc.cuny.edu

...um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação (Karl Marx, 1867).

Um monte de carne de salsichas passou através do moedor desde que Marx fez esta desagradável observação retratando professores como trabalhadores assalariados e estudantes como mercadorias educacionais. Quando li esta passagem pela primeira vez nos anos 70, me soou tão verdadeiro em relação às Universidades que tenho lembrado disto vivamente desde então. Nem imaginava que as dramáticas transformações da academia nos anos 80 e 90 intensificariam, não só a presciência de Marx, mas também as agudas contradições que muitos de nós experimentaríamos como trabalhadores na fábrica de salsichas universitária no começo do século XXI.

Os trabalhos nesta edição especial de *Antipode* cobrem muitas das questões envolvidas no rápido avanço das corporações que tem transformado o ensino superior, provendo o contexto histórico, críticas e algumas sugestões de alternativas políticas. A épica greve estudantil de 1999-2000 na *Universidad Nacional Autónoma de Mexico* (UNAM), em paralelo com lutas em lugares como a *City University of New York* (CUNY), iluminam estas questões. De Estocolmo a Sidnei, Seul a São Paulo, sistemas universitários que nos anos 70 sentiam que estavam provendo um serviço público, agora lutam para se reinventar como emblemas das organizações corporativas. O avanço das corporações na universidade é uma questão global e seus efeitos já estão presentes entre nós.

As causas deste fenômeno não são difíceis de discernir. A mercantilização das relações sociais está no coração da educação corporatizada. Desde os anos 70, o neoliberalismo global tem sido realizado e acompanhado por um dramático aprofundamento e

extensão da mercantilização das relações sociais. Todos os novos setores da economia, dos computadores à Internet, tem aberto novos destinos para o capital; setores existentes têm sido inteiramente reinventados. O explosivo crescimento da biotecnologia e da bioprospecção evidencia o fato que a natureza tem se transformado em estratégia para a acumulação de forma mais intensiva do que nunca (Haraway, 1997; Katz, 1998). Algo muito semelhante está acontecendo na educação, não só no nível universitário, mas em todos os níveis. Até os anos 90, a educação nos Estados Unidos representava para os principais investidores de capital um serviço social que, com variado grau de eficiência, produzia uma reserva de trabalho futuro disponível. Em 2000, o “setor” educacional representou US\$ 700 bilhões em oportunidade de investimentos.

O primeiro movimento nesta direção veio com o estabelecimento do *Edison School Project*, que, com salários “estilo-empresa” e generosas opções de ações, conseguiu atrair o ex-presidente de *Yale*, Benno Schmidt, para capitanear uma privatização de escolas e distritos escolares. No início de 2000, *Edison Schools Inc.* operava 79 escolas em 16 Estados e estava oferecendo US\$ 170 milhões em ações. Assim como seu equivalente Internet no bravo mundo novo do País das Maravilhas das finanças corporativas, o sucesso da Edison podia ser medido por suas orgulhosas perdas: US\$ 113 milhões desde seu início, incluindo US\$50,5 milhões em 1999.

Edison pode ter sido a primeira grande empresa a oferecer gerenciamento total da educação, mas no final dos anos 90 houve uma verdadeira explosão deste tipo de organização (K. Mitchell, 1999). Por exemplo, a Universidade de Fênix é só a primeira “universidade” virtual (*web-based*) visando trabalhar com adultos. Como para confirmar a transformação da educação em mercadoria que esta e outras organizações representam, Michael Milken - o vendedor de *junk bond* preso no início dos anos 90 por negócios ilícitos - começou sua própria frota de companhias educacionais sob o nome “Universo do Conhecimento” (*Knowledge Universe*).

“Universo do Conhecimento” está à altura de seu nome; seus empreendimentos incluem tudo, desde brinquedos educacionais a aprendizado de línguas, uma rede de creches e treinamento de computação para corporações. Dúzias de outras companhias altamente capitalizadas estão reformando o “setor” educacional. Uma conferência promocional para investidores em educação - estrelando Benno Schimidt - propagandeava a si mesma da seguinte forma: “A educação superior está a venda? Pode apostar. E todo mundo - de corporações a agências governamentais e sem fins lucrativos - querem um pedaço disto. Como você pode tirar vantagem deste mercado educacional?” (citado por Yates, 2000:42). Um seminário nesta conferência prometia revelar “O que o mercado quer”. Como foi colocado por um investidor educacional, a intenção é fazer da educação “a próxima previdência privada”¹ - uma perspectiva profundamente aterrorizante para qualquer um que tenha tido experiência de primeira mão com a indústria de planos privados de assistência à saúde nos EUA.

Muito antes das taxas de câmbio e do valor das ações atualizadas adornarem os outdoors das auto-estradas, Marx foi novamente presciente: ele notou que “o capital é um nivelador” e que nada está imune da mercantilização potencial - nem idéias nem coisas, nem honra nem reputação (Marx, 1967:397). Entretanto, a capitalização da educação é um processo altamente desigual e não inteiramente novo. Inovações de investimento como Edison e a “Universo do Conhecimento” podem ainda ser específicas dos Estados Unidos, que tem uma longa história de intervenções corporativas na educação, especialmente através das ciências. O laboratório Edison original (agora *Bell Labs*), que data do século

¹ “the next health care” no original. Preferi traduzir por “previdência privada”, pois deve ser lembrado que nos Estados Unidos praticamente inexistente rede pública de saúde. Para ser atendido num hospital, ou você paga à vista ou apresenta o comprovante (cartão) de algum plano privado de assistência à saúde... e torce para que sua doença esteja coberta pelo plano (nota do tradutor).

XIX, foi pioneiro no tipo de ciência industrial que emergiu nos Estados Unidos depois da I Guerra Mundial. O assim chamado Estado Industrial-Militar do período pós II Guerra Mundial significou um novo avanço das corporações na pesquisa científica firmemente ligada à indústria da defesa. Parte do mundo educacional sempre colaborou de bom grado com este avanço das corporações. A diferença hoje em dia está no fato de que a educação como um setor industrial distinto está em processo de ser totalmente engolido pelo capital financeiro e especulativo.

O avanço das corporações na educação também está acontecendo fora dos Estados Unidos, freqüentemente de formas diferentes e com efeitos mais visíveis. Tome, por exemplo, o aparente declínio na qualidade dos escritos acadêmicos vindos da Grã-Bretanha. Minha graduação foi feita numa universidade escocesa, toda minha pós nos Estados Unidos. Tenho ensinado em universidades americanas há quase duas décadas e na maior parte do tempo também tenho editado livros e periódicos de geografia em língua inglesa. Quando comecei a ensinar no início dos anos 80, meus colegas americanos geralmente acreditavam que estudantes e autores britânicos eram escritores muito mais eruditos que seus equivalentes americanos. Isto agora parece ter mudado: como muitos editores de periódicos vão concordar, entre os trabalhos submetidos aos periódicos geográficos desde o início dos anos 90, a qualidade dos escritos no Reino Unido tem decrescido precipitosamente (este tipo de comparação é difícil e não reflete, naturalmente, a produção de indivíduos específicos).

Há sem dúvida numerosas razões para isto, a primeira entre elas pode ser a repercussão do “Exercício de Avaliação de Pesquisa” (*Research Assessment Exercise - RAE*) inaugurado no governo Margareth Thatcher. O RAE permanece, possivelmente, como a mais direta reorganização corporativa da academia em todo o mundo. Departamentos e Universidades devem seu destino - sua habilidade em atrair estudantes, capacitação para bolsas de estudos e a potencialidade de continuar sua própria existência - aos resultados do RAE, que faz comparações de medições quantitativas

da “produtividade” acadêmica (acúmulo de artigos publicados, mais o dinheiro de bolsas de estudo armazenado, mais conferências frequentadas, mais alunos orientados, etc.). O RAE institucionaliza a acumulação de capital acadêmico como o *modus vivendi* para as universidades. Artigos em periódicos internacionais indexados representam uma espécie de padrão-ouro no qual outros produtos são valorados na hierarquia das mercadorias acadêmicas. As listas publicadas de citações representam a “cotação das ações” para o trabalho acadêmico. E, com o prazo final para o próximo RAE surgindo ameaçador, se segue um frenesi de compra e venda de *curriculum vitae* (como se fossem operações em *Wall Street*). Todo editor de periódico já teve que lidar com trabalhos submetidos por autores desesperados que, citando a pressão do RAE, querem saber se seus trabalhos podem ser revisados em poucas semanas e publicados em um par de meses depois. Paralelo ao declínio da qualidade dos escritos está a erosão da segurança face ao RAE.

A mercantilização não é sempre assim óbvia, e afeta e infecta nós todos. Por exemplo, o sistema de citação que eu uso neste ensaio trata conhecimento e idéias como mercadorias discretamente identificáveis, como se fossem *bits* de informação (Gregory, 1990a, 1990b). O chamado “sistema Harvard” de referências foi desenvolvido primeiro nas ciências, onde facilitava o eficiente referenciamento dos “resultados” de laboratórios específicos. Sua virtual onipresença atualmente nas ciências sociais, mesmo entre os intelectuais e periódicos “politizados”, implica que estamos todos numa impressionante falta de auto-reflexão sobre a transformação das idéias em mercadorias.

Além da mercantilização, entretanto, o avanço da corporação na educação tem outros sinais e causas. Por que, por exemplo, isto aconteceu tão intensivamente no final do século vinte quando, notoriamente (apesar das ciências e escolas profissionais), a educação tem em grande parte recusado ou, de outra maneira, sobrevivido a prévias incursões da ambição corporativa? Na medida em que o propósito da educação é tradicionalmente treinar a força de trabalho nacional, parece haver pouca dúvida que a

reinvenção contemporânea da educação como um setor potencialmente lucrativo para os investimentos financeiros está intimamente ligado ao destino dos estados nacionais na cultura econômica e políticas globais. Isto tem sido amplamente previsto, especialmente a partir da combinação de perspectivas míopes e utópicas que caracterizam tantas projeções financeiras globais hoje em dia, onde a globalização traria o fim do estado nacional. Apesar de ser claramente um exagero beirando a falsidade, isto é estimulado por uma mudança muito real na função e no papel dos estados-nações Euro-Americanos ligados à assim chamada globalização. A questão não é que estes estados-nações estejam desaparecendo, mas que a relação entre capital e estado está se tornando mais íntima, ao mesmo tempo em que o estado executa uma retirada estratégica de algumas de suas antigas responsabilidades de reprodução social.

Tatcher, Kohl, Reagan, Clinton, Blair e Schroeder - mesmo Mitterrand e Jospin - têm compartilhado amplamente a mesma estratégia de refazer o estado. Sejam conservadores ou social-democratas, todos eles tem achado, em seguida a uma migração global sem precedentes, que suas economias “nacionais” não mais dependem tanto da reprodução da força de trabalho local ou nacional, e que a competição global sobre locais para investimento de capital provê toda a vantagem ideológica do mundo para cortar os programas de bem estar social. O reescalonamento da geografia política se torna o meio e o motivo para um estado mais autoritário (Swingedouw, 1996). Para os radicais, globalização não significa que nós devamos ignorar o estado. Pelo contrário, isto intensifica a urgência de reavivar as teorias sobre o estado.

Educação é simultaneamente um ato de produção social e um de reprodução. Isto dado, é talvez sem surpresa que, num tempo onde a relação entre estas duas coisas está sendo reformulada globalmente, a educação está também “à venda”. Em parte isto é uma questão de políticas de escala. Em vez de ser nacional, as condições gerais de reprodução social são simultaneamente local e global, o que afeta diretamente a educação

(Smith, 1993). No mundo Euro-Americano a crise na educação nas últimas décadas do século XX tem sido provavelmente mais aguda nos Estados Unidos, o centro nervoso da globalização. Lá, a frouxa conexão entre educação e crescimento econômico nacional produziu uma dialética espiral de declínio. Uma miríade de queixas capitalistas sobre a ignorância dos formados no 2º grau é justificada, tanto quanto respondida, pelo abandono da educação como um serviço social vital, enquanto ao mesmo tempo cria uma desesperada demanda reprimida por “soluções” privadas.

A luta contra o avanço das corporações na academia, portanto, precisa ser inclusiva ao invés de fundamentada limitadamente. A resistência à escola privatizada tem de ser vista no contexto desta vasta mudança global. Isto é especialmente verdadeiro porque o avanço das corporações é inerentemente desigual. Em termos sociais, isto representa uma poderosa reafirmação da divisão de classes na academia, freqüentemente expressa em termos de raça, etnicidade ou status de cidadania. As escolas profissionais dos EUA - administração, engenharia, medicina, direito, entre outras - já são para o capital corporativo o que *West Point* é para o exército americano. As taxas anuais de matrícula e despesas nas escolas profissionais pode exceder US\$ 40.000, e a dissolução das regulações da ação afirmativa em muitos estados cristaliza a seletividade de classe, raça e gênero, já compelida pelo alto custo para entrar. Estas escolas e suas faculdades relacionadas de graduação e pós-graduação já são completamente privadas, desfrutando de altos subsídios públicos via (entre outras coisas) a “parte do leão” das bolsas de pesquisa federais. A corporatização nestes casos é menos traumática do que nas chamadas instituições públicas (provavelmente representa um pouco mais que uma diferença simbólica o fato de que o prestigioso Hospital Universitário Johns Hopkins e a Escola de Medicina tenham sido renomeados como “The Johns Hopkins Health System”).

O ímpeto da corporatização é sentido pelas anteriormente universidades públicas, nos EUA e em outros lugares. A greve na

UNAM em 1999-2000 terminou numa trágica derrota arrancada das garras da vitória, em grande parte devido à manipulação e provocação do partido mandante no México, o PRI (entretanto, no começo a greve galvanizou grandes resistências à privatização da principal universidade pública mexicana e até conseguiu parar sua corporatização, pelo menos no curto prazo). A conversão inicial da Politécnica Britânica no seu próprio tipo de fábrica de salsichas está agora sendo levada de maneira suave nos EUA até as últimas conseqüências, onde a adoção de estratégias corporativas chamativas como a Gestão de Qualidade Total (TQM - *Total Quality Management*) está tendo um efeito divisório no destino das universidades públicas: enquanto algumas sobrevivem à violenta investida do TQM, outras se acham rebaixadas em direção a um mínimo denominador comum, a “experiência de transferência de habilidades” (como em qualquer bom setor industrial, corporações educacionais aparentemente agora vivem ou morrem de acordo com a “gestão”, “baixos resultados financeiros” e “resultados estudantis”). Por toda parte, a educação é cada vez mais vocacional no estrito senso, enquanto as expectativas são reiteradas em termos similares às das universidades privadas. Por exemplo, na CUNY em Nova York - por um longo tempo um bastião da educação das classes trabalhadoras - o destruído sistema público de segundo grau tem sido o bode expiatório na tentativa de barrar a entrada de muitos estudantes na universidade. Enquanto os fundos para pobres têm sido cortados em alguns lugares, a verba para aprender Inglês como segunda língua tem crescido. A conexão com o novo globalismo não podia ser mais clara. Enquanto a classe operária local – especialmente estudantes latinos e negros, já vitimados por um sistema escolar nova-iorquino disfuncional – é afastada da universidade pública, em grande medida grupos de estudantes brancos da Rússia e da Europa Oriental, onde a educação secundária é melhor, são bem-vindos como a base de um novo perfil de empregos na cidade.

Em uma brilhante crítica da vaga linguagem corporativa de “excelência”, agora um mantra entre os administradores de

universidade (para quem “excelência” na provisão de serviços de estacionamento rivaliza com “excelência” na redação em latim), Bill Readings (1997) traça um paralelo entre a crise na educação superior e o novo papel do estado nacional. É amplamente defendido que a universidade germânica do século dezanove, inspirada e guiada por idealistas alemães de Kant a Wilhelm von Humboldt, estabeleceu o padrão para a universidade moderna. Readings concorda; tendo um foco sólido em humanidades desenvolvido na *Université de Montréal*, onde ensinava literatura comparada, ele argumenta que a universidade moderna estava integrada à sociedade civil como o lugar onde a idéia de cultura funcionava. De fato a universidade funciona como o cadinho onde culturas nacionais específicas são educadas, estimuladas e desenvolvidas. A luta a respeito da civilização ocidental e “o cânone (literário)” e a eventual guerra cultural dos anos 90 são sintomas do fato que a universidade tem perdido sua função. Ele sugere que o “apelo à excelência ocorre quando o estado nacional deixa de ser a unidade fundamental do capitalismo” e quando as universidades estão lutando por uma racionalidade social diferente (Readings, 1997:44). Esta questão mais ampla se aplica aqui: a nova corporatização da universidade está preenchendo o vácuo deixado pela difusão das culturas nacionais específicas e a crescente internacionalização da cultura.

Na geografia este avanço da corporação tem personalidade própria. Mais do que qualquer outra ciência social, a geografia foi reinventada nos anos 60 e início dos 70. Nos anos 80, uma disciplina com somente um fraco passado radical se tornou um foco significativo para intelectuais e ativistas radicais; uma reserva conceitual, em parte, para a linguagem espacializada da política que impregnava as humanidades e as ciências sociais. É importante lembrar, entretanto, que de Strabo a Alexander Humboldt e aos dias de hoje de políticas de geografia mal feitas, fazer geografia tem sido uma atividade prática, tradicionalmente concebida em termos de obtenção de conhecimentos que podem ser executados artesanalmente para o estado. A corporatização representa uma

revigorada das ambições tradicionais, mais do que qualquer nova saída delas.

À parte de estímulos externos mais gerais, o avanço das corporações na geografia nos anos 90 tem sido lubrificado por dois desenvolvimentos principais. O primeiro é a explosão de tecnologias de informação geográficas. Embora haja uma profunda política nos tipos de postulados escritos nos algoritmos dos *software*, a questão destas tecnologias é menos sua natureza específica do que sua recepção dentro da disciplina. Os anos 70 e 80 devem ter parecido como uma redução das promessas da revolução quantitativa da década anterior, particularmente para aqueles geógrafos humanos que eram comprometidos com uma disciplina amplamente positivista. As tecnologias de SIG vieram como uma dádiva do céu para muitos que não podiam se identificar com o brotar da teoria social na geografia e nem compartilhavam o sucesso que os teóricos sociais estavam experimentando além do campo da geografia. O entusiasmo exagerado com que o SIG foi recebido em muitos lugares representou uma direta, senão defensiva, resposta ao fechamento de departamentos de geografia no final dos anos 70 e início dos 80 e a aparente ameaça para a disciplina como um todo. Muitos viram o SIG como um cavaleiro tecnológico montado num garanhão branco que poderia salvar a disciplina em perigo. Para aqueles geógrafos trabalhando em teoria social, nova economia, geografia política e teoria urbana e cultural, esta disciplina na defensiva não fala mais de nossa experiência; a disciplina já foi substancialmente renovada e, enquanto o SIG se provaria útil na análise de grande quantidade de dados, esta facilidade técnica não deveria ser tomada como a missão da geografia. Mas foi: o SIG se tornou o juntar de tropas por trás do qual agendas e ambições corporativas foram entusiástica e poderosamente direcionadas para o navio vazio de liderança disciplinar. A tecnocracia se tornou irremediavelmente confusa com a visão. Em vez de uma rejeição ludita da tecnologia SIG em si mesma, o argumento central é que a falta de uma reflexão crítica das implicações desta tecnologia por quase uma década e, em

conseqüência, o incentivo que o SIG trouxe para a dispensa de várias partes da disciplina - que continua atualmente (ver Golledge, 1999) - tem embasado largamente uma visão corporativa para a disciplina como um todo. Essas ações repetem um destrutivo tribalismo disciplinar que, enquanto previsível - e foi previsto - agora vai ser muito difícil de desfazer, ainda que haja vontade para fazer isto.

Isto nos traz para o segundo desenvolvimento, aquele que facilita a corporatização da geografia: o desenvolvimento da geografia dos negócios. As maiores ambições no uso do SIG pegaram carona firmemente em um projeto político muito maior: de certo modo, recuperar a disciplina dos marxistas, feministas e pós-modernistas (que não poderia ser deixado de lado por muitos de seus críticos). A geografia dos negócios se tornou a falange ideológica no qual a contra-revolução foi organizada. O interesse no SIG justificou a inclusão da “geografia dos negócios” como um legítimo sub-campo, enquanto a existência da geografia dos negócios foi usada para promover o SIG. A preponderância de vagas para SIG em anúncios de empregos na academia foi amplamente explicada como “o que o mercado quer”. No *Guia de Programas* da Associação dos Geógrafos Americanos (AAG), “membros corporativos” como o gigante de SIG *Environmental Systems Research Institute Inc.* (ESRI) são incluídos ao lado de Faculdades e Universidades que fornecem bolsas de estudo, como se fossem equivalentes. O que lembra a já mencionada “comparação” entre Latim e estacionamentos feita anteriormente, na busca por excelência. Do mesmo modo, o “assalto” de 1998-99 nos *Annals* e no *Professional Geographer* da AAG e a reestruturação resultante da “gestão” dos periódicos representou um velado golpe palaciano contra um bastião da influência da teoria social na disciplina. Paralelamente, uma luta nos mesmos moldes tomou lugar simultaneamente na *American Anthropology Association*. Geografia dos Negócios é precisamente o que isto se chama.

Mas seria presunção pretender que mesmo uma amplamente definida política cultural e interdisciplinar alternativa ao *mainstream* seria imune a este rasteiro corporativismo. Críticas ao multiculturalismo e ao pós-modernismo já envolvem partes significativas dos estudos culturais nas novas ideologias do poder (Harvey, 1989; Mitchell, 1993); Readings (1997) amplia o argumento. Estudos culturais são menos um novo departamento da política do que uma ocupação estratégica do vácuo deixado pelo recuo do estado e a difusão dos propósitos da universidade como progenitora das culturas nacionais. Estudos culturais reclamam autoridade sobre a cultura precisamente no tempo onde a cultura é crescentemente esvaziada de conteúdo conceitual (“o que é digno de nota sobre Estudos Culturais como uma disciplina é... o quão pouco é preciso para determinar seu objeto” [Readings, 1997:97]) e quando a cultura deixa de ser o propósito animador da universidade (ver também Mitchell, 1995). Por um lado, portanto, “cultura não é mais uma questão de inclusão ou exclusão” num núcleo cultural com existência substancial cada vez menor (Readings, 1997:111-12). Por outro lado, isto resulta num tipo de desorientação política que ajuda a explicar “porque a fidelidade política é uma questão candente nos debates dos Estudos Culturais” (Readings, 1997:102). Como outros já sugeriram, precisamos trazer esta autocrítica para o centro, especialmente vis-a-vis a uma ampla noção de geografia crítica (Barnett, 1998). Como notou Readings (1997) em uma cuidadosamente escolhida voz passiva, orientação política é meramente assumida, enquanto políticas específicas de tudo quanto é projeto que nós aparentemente concordamos são na verdade opacas e amorfas. Teoria social e cultural não é, desse modo, necessariamente um bastião contra o avanço das corporações na universidade. Por exemplo: a declarada aproximação crítica às novas “democracias” na Europa Oriental ou certos tratamentos da geopolítica “crítica” são inteiramente compatíveis com o tradicional papel da geografia de estruturação de estados. Não há de forma alguma nada para prevenir o corporativismo – e pior – de

habitar os interstícios de uma obscuramente definida geografia “crítica”.

Tendo dito isto, me parece que a essência deste ensaio é que vale a pena lutar pela fábrica de salsichas. Entretanto, disciplinas específicas, departamentos e universidades são unicamente o apoio que vale no tipo de investigação que nos é permitido fazer. Se eles deixassem de consentir na nossa busca por questões interessantes, perderiam valores políticos e intelectuais. Não há dúvida que os estudos culturais cavaram um vasto e importante espaço dentro de uma academia culturalmente direcionada e, em sua melhor encarnação, tem provido uma duradoura política cultural. Porém, é igualmente vital que esta política continuamente reinvente a si mesma de acordo com circunstâncias mutáveis. O mesmo se aplica para a geografia ou para qualquer universidade, no que diz respeito a este assunto.

Se eu posso ser desculpado por uma argumentação de cunho político em vez de uma conclusão, é por essa razão que penso que um grupo internacional de geografia crítica² faz mais sentido hoje em dia como um meio de traduzir uma política crítica em uma organização significativa. Há vinte anos atrás, a idéia de um grupo internacional de geografia crítica era somente imaginável, mas mesmo para os radicais a globalização tem seu lado evidente. Se tivermos sucesso, ou sorte, ou ambos, a idéia vai estar obsoleta daqui a vinte anos. No processo, porém, nós teremos criado algo um pouco mais ambicioso do que uma pequena organização acadêmica internacional. Estou convencido que, ao redor do mundo, a geografia crítica que floresce em várias nações está à procura de conexões internacionais e interdisciplinares. É tempo de levarmos a sério nossas abstrações teóricas: saltar de escala é obviamente a coisa certa a fazer. Com o Congresso Internacional de Geografia Crítica como único competidor, estamos muito além

² O grupo internacional de geografia crítica, no qual Neil Smith é um dos principais articuladores já existe, inclusive promovendo congressos. A página da Internet onde se pode encontrar um pouco de informação a este respeito é: <http://econgeog.misc.hit-u.ac.jp/icgg/> (nota do tradutor).

da competição corporativa (que continua baseada nacionalmente), mas não estaremos sozinhos por muito tempo. A recusa às corporações deve ser internacional desde o princípio.

Política é sobre conectar pessoas a pessoas e lugares a lugares. O grande ponto de virada da política esquerdista do século XXI é totalmente geográfico. O “socialismo em um só país” de Stalin assinalou a morte da talvez mais interessante, com uma vida curta e eventualmente trágica, experiência política do século. A descolonização foi uma reivindicação sobre o mapa do poder imperial. A afirmação feminista de uma política do corpo foi próspera e deliberadamente espacial na construção de uma nova política espacial da luta política. E uma política ambiental reconstruída se refere a assegurar a substância benéfica do espaço em todas as escalas. Pessoalmente, não estou convencido que qualquer destas ambições políticas possa ser alcançada sob a rubrica do capitalismo ou suas instituições auxiliares. Diariamente estamos nos dirigindo para a fábrica de salsichas. Alguns de nós somos as salsichas, alguns colocam a carne no moedor, outros só acionam as máquinas e alguns são os gerentes – mas todos nós estamos na fábrica educacional de Marx. A filial local desta fábrica serve como um excelente alvo para um pouco de agitação política, mas também temos que ter em vista a grande fábrica de salsichas do capitalismo global. Assumir a direção desta fábrica e operá-la democraticamente é um projeto global que nós todos precisamos ter em vista.

Referências bibliográficas

- Barnett, C. The cultural turn: Fashion or progress in human geography? *Antipode* 1998, 30:379-94.
- Golledge, R. President's column. **Newsletter of the Association of American Geographers** 1999, September:1.
- Gregory, D. **Environment and Planning D: Society and Space** 1990a, 8:1-3.
- Gregory, D. Publisher's version. **Environment and Planning D: Society and Space** 1990b, 8:4-6.

- Haraway, D. **Modest_Witness@Second_Millennium: FemaleMan_Meets_Onco-Mouse**. London: Routledge, 1997.
- Harvey, D. **The Condition of Postmodernity**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- Katz, C. Whose nature, whose culture? Private productions of space and the preservation of nature. In B. Braun and N. Castree (Eds.) **Remaking Reality: Nature at the Millennium**. London: Routledge, 1998.
- Marx, K. **Capital**. Vol. 1. New York: International Publishers, 1967.
- Mitchell, D. There's no such thing as culture. **Transactions of the Institute of British Geographers** 1995, 20:102-116.
- Mitchell, K. Multiculturalism, or the united colors of capitalism? **Antipode** 1993, 25:263-294.
- Mitchell, K. Commentary. **Environment and Planning A** 1999, 31:381-88.
- Readings, B. **The University in Ruins**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- Smith, N. Homeless/global: Scaling places. In J. Bird, B. Curtis, T. Putnam, and G. Robertson (Eds.) **Mapping the Futures**. London: Routledge, 1993 pp. 87-119.
- Swyngedouw, E. Reconstructing citizenship, the rescaling of the state and the new authoritarianism. **Urban Studies** 1996, 33:1499-1521.
- Wyatt, E. Investors see room for profit in the demand for education. **New York Times** 1999, November 4: A1.
- Yates, M. Us versus them: Laboring in academic factory. **Monthly Review** 2000, 51:40-49.